

# 4º Oficial de Registro de Imóveis da Capital

Certifica,

 C.A.D. - OK  
 04 AGO 2000

4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

DE SÃO PAULO

registro

8.657

folha

01

LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

DATA: 24/ABRIL/2000

**EMISSION DE DEBENTURES**

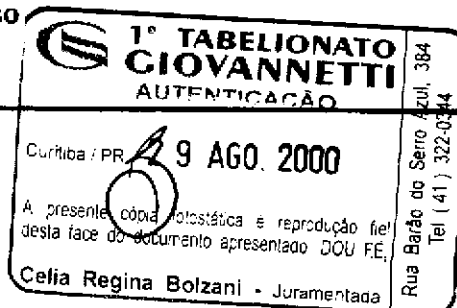
**EMISSORA:** ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A., com sede nesta Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 7º andar, CNPJ. nº 01.258.944/0001-26.

**AGENTE FIDUCIÁRIO:** OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 500, bloco 13, sala 205, CNPJ. nº 36.113.876/0001-91.

**FORMA DO TÍTULO:** Escritura Particular de Emissão de Debêntures datada de 09 de fevereiro de 2000, autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária e Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 02 de fevereiro de 2000, registrados sob nºs 26.413/00-0 e 26.412/00-7, em 09 de fevereiro de 2000, na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

**DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO:** *Colocação e Procedimento.* O lançamento será público, com a conseqüente intermediação de instituições financeiras, para negociação no mercado de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente investidores institucionais, fundos e fundações presentes no mercado nacional. *Quantidade de título.* Serão emitidas até 10.000 debêntures. *Valor nominal.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00, na data do título ("valor nominal"). *Valor da Emissão.* O valor total da emissão será de até R\$100.000.000,00, na data de emissão da primeira série. *Séries.* A emissão será realizada em número indeterminado de séries. *Espécie.* As Debêntures serão da

continua no verso



registro

8.657

ficha

01

verso

## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

espécie subordinada aos credores quirografários da Emissora. *Tipo e Forma.* As Debêntures serão do tipo não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, obrigando-se a Emissora a emitir o respectivo certificado no prazo de até 60 dias contados da data do recebimento de solicitação neste sentido enviada por debenturista, servindo também para os debenturistas como comprovante de titularidade das debêntures o relatório de posição de ativos da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") ou relatório de posição do banco mandatário desta emissão. *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP. *Repactuação:* as debêntures poderão ser objeto de repactuação, dentro das condições fixadas pelo Conselho de Administração em cada série. **DAS CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE:** *Quantidade de Títulos:* Serão emitidas 5.800 debêntures. *Valor da Emissão:* o valor total máximo da primeira série será de R\$58.000.000,00, na data de emissão. *Data de Emissão.* A data de emissão das debêntures da primeira série é 25 de fevereiro de 2000 ("Data de Emissão"). *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo das debêntures será de 5 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de fevereiro de 2005. *Destinação dos Recursos:* Os recursos captados com a emissão das debêntures da 1ª série serão utilizados para liquidar as notas promissórias, para distribuição pública, em circulação emitidas pela Emissora em 25 de agosto de 1999. *Remuneração.* As debêntures renderão juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, doravante denominada "Taxa DI", mais uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano ("Remuneração"). As taxas serão calculadas de forma exponencial e

continua na ficha

PARCIAL D  
D  
MÓ  
DA CAPARCIAL D  
D  
MÓ  
DA CA

## 4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

registro

8.657

ficha

02

DE SÃO PAULO

LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal das debêntures desde a data de emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

**Periodicidade de pagamento:** os juros serão pagos anualmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 25 do mês de fevereiro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de fevereiro de 2001 e o último na data de vencimento.

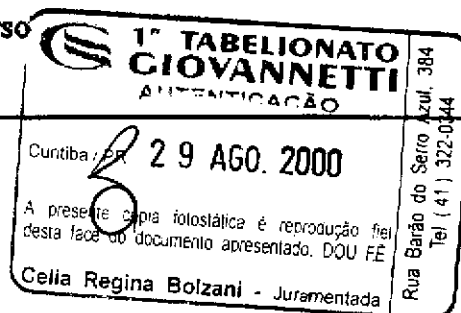
Se a(s) data(s) acima coincidir(em) com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, a(s) data(s) de vencimento dos juros ficará(ão) prorrogada(s) automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.

**Período de Vigência da Remuneração:** As condições de remuneração para a primeira série definidas acima terão período de vigência desde a data de emissão até 25 de fevereiro de 2005. **Fórmula de cálculo de remuneração:**  $JR = VN \times [(f1 \times f2 \dots \dots \times fj) - 1]$ , onde, JR = valor dos juros a ser pago na data do seu vencimento; VN = valor nominal da debênture no início do "período de capitalização";  $(F1 \times F2 \times Fj)$  = fator de variação acumulado da Taxa DI, entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do "período de capitalização" dos juros, calculado conforme fórmula abaixo: Os termos F1, F2, Fj, serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$fj = 1 + \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] + \left[ \left( 1 + \frac{2,5}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \right\}$$

onde, Fj = Fator da Taxa DI referente ao Dia "j"; Taxa DIj = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j"; **Período de capitalização dos juros:** Define-se "período de capitalização" dos juros como sendo o intervalo de tempo durante o qual os juros serão acumulados de forma exponencial. O valor dos juros será agregado ao valor nominal para efeito de apuração do saldo devedor das debêntures. O pagamento dos juros será exigível somente no final do "período de capitalização", ou seja, em

continua no verso



registro

8.657

ficha

02

verso

## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

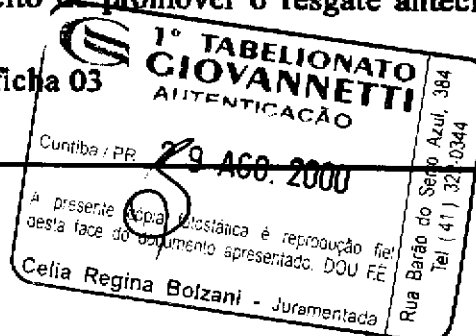
25 de fevereiro de cada ano, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura. O primeiro Período de Capitalização se inicia na Data de Emissão (25/02/2000) e se encerra na data de primeiro pagamento de juros (25/02/2001). Os demais Períodos de Capitalização se iniciam na data de vencimento do Período anterior e terminam na data de vencimento da remuneração seguinte, cada "Período de Capitalização" sucedendo o anterior sem solução de continuidade.

**Apuração da Taxa DI** – No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às debêntures da Taxa DI, conforme definida nesta Escritura, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, e no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração das debêntures a ser proposto pela Emissora. Caso não haja acordo entre os debenturistas e a Emissora, as debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo seu valor nominal acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro-rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração. Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a remuneração que as debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última remuneração publicada e a data da aludida Assembléia.

**Preço de Subscrição e forma de Integralização.** As Debêntures serão subscritas em até 180 dias contados da data do deferimento do pedido de Registro na CVM. A Subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional e/ou títulos e valores mobiliários que a Emissora definir, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), atualizado pela mesma taxa utilizada no item 4.6, calculada *pro-rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, podendo ser subscritas com ágio ou deságio sobre o preço de subscrição.

**Resgate Antecipado.** Nas datas de pagamento da Remuneração, a Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado

continua na ficha 03

OFICIAL D  
D  
MÓ  
DA CAOFICIAL D  
D  
MÓ  
DA CA

## 4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

registro

8.657

ficha

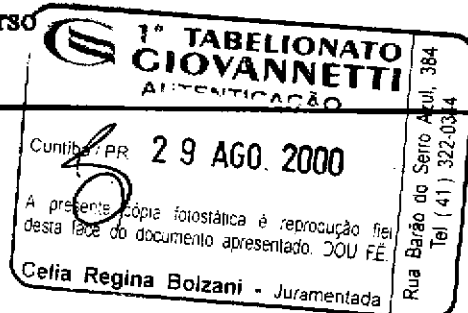
03

DE SÃO PAULO

LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro-rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 45 dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. *Multa de Mora e Juros Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% ao mês, calculados desde a data de inadimplimento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e no banco mandatário para os debenturistas que não estiverem vinculados aos SND. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não haja expediente comercial ou bancário nesta

continua no verso



registro

8.657

ficha

03

verso

## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

**Capital. Publicidade.** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal "Folha de São Paulo", em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das debêntures. **Vencimento Antecipado.** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão a exigir o imediato pagamento pela Emissora das debêntures, na forma do disposto no item 4.15.1 do título, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos: I. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00, ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou de qualquer forma elidido pela Emissora na primeira oportunidade processual cabível, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 dias úteis de sua ocorrência; II. decretação de falência da Emissora; III. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; IV. falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 15 dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; V. decisão judicial transitada em julgado declarando o vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$1.000.000,00, em razão de inadimplemento contratual, inclusive do contrato de concessão, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta emissão; VI. a alteração do controle acionário da Emissora (exceto para qualquer pessoa que controle os controladores da Emissora ou seja por eles controlada), desde que a decisão quanto à declaração

continua na ficha 04

FOLHA D  
D  
MOM  
DA CAFOLHA D  
D  
MOM  
DA CA

## 4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

registro

8.657

ficha

04

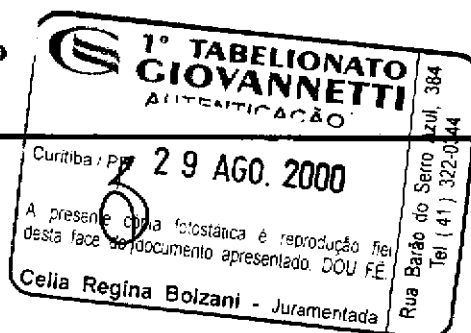
DE SÃO PAULO

LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

de vencimento antecipado tenha sido aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim; VII. a alienação de ativos da Emissora em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00, desde que a decisão quanto à declaração de vencimento antecipado tenha sido aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim; VIII. demais casos previstos nesta Escritura de Emissão ou em lei; e IX. extinção ou perda da concessão nos casos previstos no contrato de concessão e na lei. Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração, calculados *pro-rata temporis* desde a data de emissão ou a data do último pagamento da remuneração até a data do seu efetivo pagamento que deverá ser efetuado em até 5 dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante do item 10.1 do título, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos no item 4.10, do título. **DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA:**

A emissora está adicionalmente obrigada a: I. fornecer ao Agente Fiduciário: a) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros relativos a esse exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; b) dentro de no máximo 60 dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; c) as informações previstas na Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; d) qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 dias a contar

continua no verso



registro

8.657

ficha

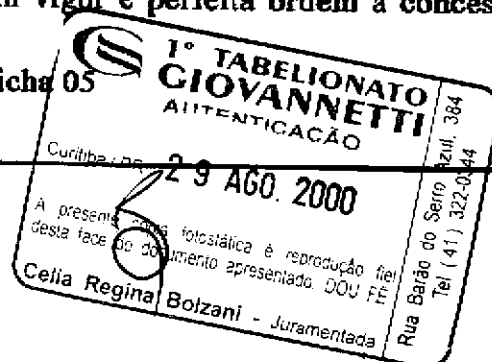
04

verso

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

da referida solicitação; e) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e f) na mesma data em que forem publicados os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléia que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas. II. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 15 dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures; III. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM; IV. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.406/76; V. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço; VI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos do item 6.2.2 no título; VII. não alterar o controle acionário da Emissora (exceto para qualquer pessoa que controle os controladores da Emissora ou seja por eles controlada) sem que tenham sido constituídas garantias à presente emissão, em forma e condições que venham a ser ajustadas entre a Emissora e os debenturistas; VIII. comunicar no prazo de até 5 dias ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento de natureza pecuniária ou não, pela Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer contratos que a Emissora seja parte; IX. não conceder empréstimos ou financiamentos a terceiros, incluindo para suas empresas controladas, coligadas ou controladora; e X. manter sempre válida, em vigor e perfeita ordem a concessão

continua na ficha 05



**4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS**

registro

**8.657**

folha

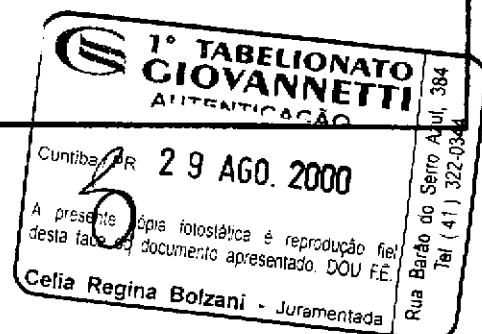
**05**

DE SÃO PAULO

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

outorgada, cumprida todos os termos e condições previstos no contrato de concessão para exploração da malha ferroviária na região sul, firmado entre a Emissora e a União Federal, efetuando tempestivamente todos os pagamentos decorrentes do respectivo contrato, observando as obrigações impostas pelo edital de privatização e eventuais decisões do Ministério dos Transportes e judiciais. **DO AGENTE FIDUCIÁRIO:** A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, no ato do título, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora declarando: I. sob as penas da Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida; II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão; III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições: e, IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures. Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma: a) parcelas anuais equivalentes a R\$5.000,00, devendo a primeira ser paga na data do título e as demais no mesmo dia e mês dos anos subsequentes; b) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na

continua no verso



registro

8.657

ficha

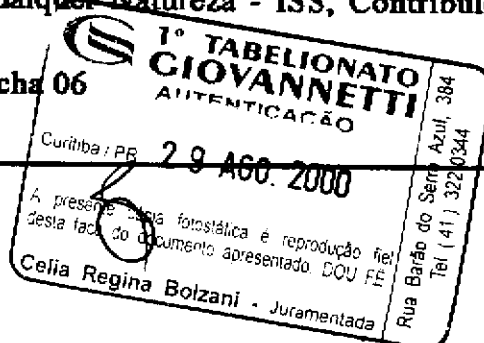
05

verso

## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; c) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1º de janeiro de 2000 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-data* dia, se necessário; d) as remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal a Emissora; e) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive processos administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência; f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 5% e juros de mora de 1% ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; g) as remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, Contribuição

continua na ficha 06



OFICIAL D  
D  
MOM  
DACA

OFICIAL D  
D  
MOM  
DACA

**4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS**

registro

8.657

folha

06

DE SÃO PAULO

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social - PIS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e h) na hipótese de ocorrer o cancelamento da totalidade das debêntures em circulação, as parcelas vincendas serão pagas na data do cancelamento, descontada a taxa de 12% ao ano. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que vier a ser indicada pelo Agente Fiduciário. A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário e previamente aprovado pela Emissora, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste inciso, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com: I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis; II. extração de certidões; III. despesas comprovadas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e aprovadas previamente pela Emissora; IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas, exceto no caso de sucumbência destes, hipótese em que os debenturistas arcarão com tais despesas na forma do item 6.2 (e) no título; e V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas. Nas hipóteses de ausência,

continua no verso



registro

8.657

ficha

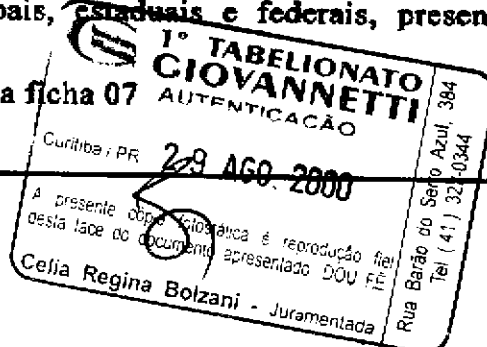
06

verso

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições: I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão; II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim; III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM; IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário. V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XIX do item 6.4 do título; e VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação de serviços. São deveres do Agente Fiduciário: I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente; II. custear, respeitada a alínea "g" do item 6.2 (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou

continua na ficha 07



OFICIAL D  
D  
MOI  
DA CA

OFICIAL D  
D  
MOI  
DA CA

**4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS**

registro

8.657

ficha

07

DE SÃO PAULO

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários; III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão; V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários; VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações; IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures; X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora; XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora; XII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações; XIII. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas; XIV. elaborar relatório anual destinado aos

continua no verso



registro

8.657

ficha

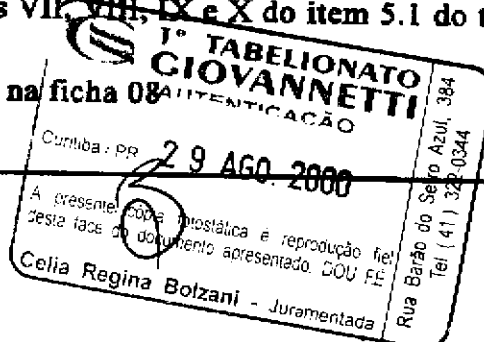
07

verso

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; b) alterações estatutárias ocorridas no período; c) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; d) resgate, repactuação e pagamento da Remuneração das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; f) relação dos bens e valores entregues à sua administração; g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, especialmente aquelas previstas nos incisos VII, VIII, IX e X do item 5.1 do título, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora; h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; XV. colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: a) na sede da Emissora; b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; c) na CVM; d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures; XVI. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima; XVII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora; XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações a fazer e de não fazer, inclusive os incisos VII, VIII, IX e X do item 5.1 do título e o

continua na ficha 08

FONCAL D  
D  
MO  
DA CAFONCAL D  
D  
MO  
DA CA

## 4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

registro

8.657

ficha

08

DE SÃO PAULO

LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

item 8.1 do título, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora; e XIX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada: a) à CVM; b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e c) à Emissora. No caso de inadimplemento da Emissora, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto: I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios; II. requerer a falência da Emissora; III. tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora, salvo deliberação em contrário da assembléia de debenturistas. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III do item 6.5 do título se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas em circulação. Na hipótese do inciso IV do item 6.5 do título, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação. **DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS:** Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação e pela CVM. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembléia Geral de

continua no verso



registro

8.657

ficha

08

verso

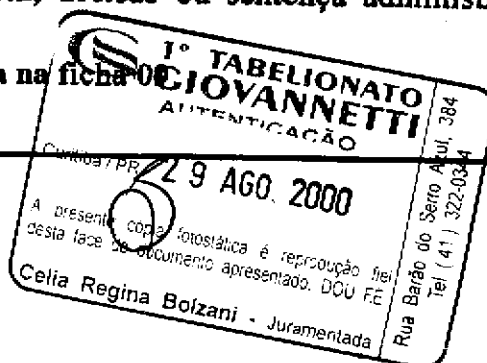
## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

Acionistas. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures, que dependerão da aprovação de debenturistas que representam, no mínimo, 50% das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito do quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas. O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA:** a Emissora no ato do título declara que:

- I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. os termos desta Escritura de Emissão não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou

continua na

OFICIAL D  
D  
MÓ  
DA CAOFICIAL D  
D  
MÓ  
DA CA

## 4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

registro

8.657

ficha

09

DE SÃO PAULO

LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

judicial que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades; V. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação exeqüível, válida e eficaz da Emissora; e VI. está adimplente com o cumprimento dos contratos a que se refere o inciso X do item 5.1 do título. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos deste item. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1. do título, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

**DAS DESPESAS:** Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura de Emissão e as atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração.

Edgar Jorge Furlanetto  
Escritor Habiilitado

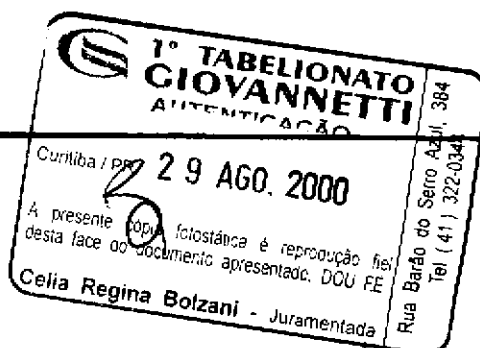
*[Assinatura]*  
Celia Regina B. de Souza  
Substituto da Oficial

Av.01/

Data: 10/MAIO/2000

Pelo instrumento particular datado de 11 de abril de 2000, de um lado como Emissora **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.**, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 7º andar (parte), CNPJ. nº 01.258.944/0001-26, e de outro lado como Agente Fiduciário **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, CNPJ. nº 36.113.876/0001-91, aditam a Escritura da

continua no verso



registro

8.657

ficha

09

verso

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

1ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis datada de 09 de fevereiro de 2000, objeto deste registro, para alterar o teor dos capítulos I, II, III, IV e VI da Escritura, de acordo com os termos a seguir descritos: O item 1.1 do capítulo I "Da Autorização", passa a ter a seguinte redação: A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias da Emissora realizadas em 02 de fevereiro de 2000 e 11 de abril de 2000 e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 02 de fevereiro de 2000. O itens 2.1 II e 2.1 do capítulo II, "Dos Requisitos", passam a ter a seguinte redação: "II. *Arquivamento e Publicação das Assembléias Gerais Extraordinárias e da Reunião do Conselho de Administração*: as atas das Assembléias Gerais Extraordinárias e da Reunião do Conselho de Administração que deliberam sobre a emissão das Debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia" da Cidade de São Paulo; e III. *Registro da Escritura de Emissão*: a presente Escritura de Emissão e respectivo aditivo serão registrados no competente Cartório de Registro de Imóveis da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O item 3.7 do capítulo III, "Das Características Gerais da Emissão", passa a ter a seguinte redação: *Tipo e Forma*: as Debêntures serão do tipo não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas, obrigando-se a Emissora a emitir o respectivo certificado no prazo de 60 dias contados da data de recebimento de solicitação neste sentido enviada por debenturista, servindo também para os debenturistas como comprovante de titularidade das Debêntures o relatório de posição de ativos da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") ou relatório de posição do banco mandatário desta emissão.". Ficam alterados os itens 4.2, 4.6.1.1, 4.7, 4.9 do Capítulo IV, "Das Características da 1ª Série", e incluído o item 4.16, que passam a ter a seguinte redação: *Valor da Emissão*: o valor total 1ª série é de R\$58.000.000,00. Se a data acima coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário nas cidades de São Paulo e Curitiba, a data de vencimento dos juros ficará prorrogada automaticamente para o primeiro dia útil

continua na ficha 10

OFICIAL D  
D  
MÓD  
DA CAOFICIAL D  
D  
MÓD  
DA CA

4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

DE SÃO PAULO

LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

registro

8.657

ficha

10

subsequente, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos. *Preço de Subscrição e Forma de Integralização:* As Debêntures serão subscritas em até 180 dias contados da data do deferimento do pedido de Registro na CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional e/ou Notas Promissórias, para distribuição pública, da primeira emissão da Emissora, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), atualizado pela mesma taxa utilizada no item 4.6 acima, calculada *pro-rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, podendo ser subscritas com ágio ou deságio sobre o preço da subscrição. *Aquisição Facultativa:* a Emissora poderá a qualquer tempo, após decorridos 120 dias do prazo de subscrição das Debêntures, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/79. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. *Repactuação:* não haverá repactuação para as Debêntures da primeira série da primeira emissão. A letra (e) do item 6.2 do Capítulo Vi, "Do Agente Fiduciário", passa a ter a seguinte redação: "(e) em caso de inadimplência da Emissora quanto às obrigações oriundas desta Escritura de Debêntures, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive processos administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto no artigo 68 § 5º da Lei 6.404/76, acrescidas à dívida da Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência

continua no verso



registro

8.657

ficha

10

verso

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 dias, podendo a Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência. Incluir a letra (i) no item 6.4, inciso XIV, do Capítulo VI "Do Agente Fiduciário", com a seguinte redação: "(i) comentários sobre as demonstrações financeiras da companhia enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa". Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Escritura, que são plenamente válidas desde que não colidentes com o presente aditamento.

*Edgar Jorge Fernandes*  
Escritor Habilitado

*Maria Rosa S. C. dos Santos*  
Oficial

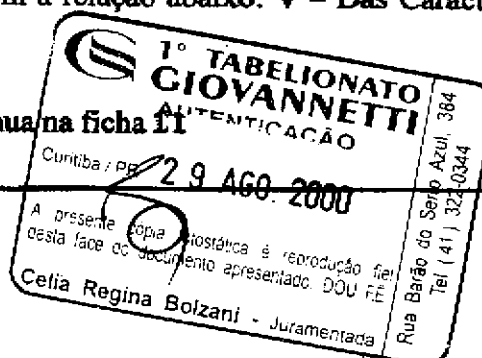
OFICIAL D  
D  
MCM  
DACA

Av.02/

Data: 15/JUNHO/2000

Pelo instrumento particular datado de 16 de maio de 2000, de um lado como Emissora **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.**, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3729 - 7º andar (parte), CNPJ. n.º 01.258.944/0001-26, e de outro lado como Agente Fiduciário **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, CNPJ. n.º 36.113.876/0001-91, e ainda como intervenientes, **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3729, 7º andar, CNPJ n.º 02.387.241/0001-60; e, **ITACAIUNAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro n.º 2645 (parte), CNPJ n.º 03.370.922/0001-89, aditam a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis datada de 09 de fevereiro de 2000, objeto deste Registro, bem como o aditamento datado de 11 de abril de 2000, averbado sob n.º 01, para alterar o capítulo V, com a conseqüente remuneração dos capítulos seguintes, com a relação abaixo: V - Das Características da

continua na ficha 11



OFICIAL D  
D  
MCM  
DACA

**4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS**

registro

8.657

ficha

11

DE SÃO PAULO

**LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR**

2ª série – *Data da Emissão*: Para todos os efeitos legais, a data-base da emissão das debêntures da 2ª série, doravante designada simplesmente “Data de Emissão da 2ª Série”, será 17 de maio de 2000. *Valor Total da 2ª Série*: R\$42.000.000,00, na Data de Emissão da 2ª Série. *Quantidade de Debêntures da 2ª Série*: Serão emitidas 4.200 debêntures. *Prazo e Vencimento da 2ª Série*: O prazo será de 5 anos, a contar da Data de Emissão da 2ª Série, vencendo em 17 de maio de 2005. *Espécie*: As debêntures da 2ª série serão da espécie subordinada, com (i) fiança da Primeira Interviente Garantidora, nos termos do item 5.5.1 do título e (ii) alienação fiduciária de bens de propriedade da Segunda Interviente Garantidora, cujo contrato encontra-se anexo ao presente Segundo Aditivo. Nos termos da cláusula 17, alínea “p” de seu estatuto social e de acordo com deliberação tomada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de maio de 2000, a Primeira Interviente Garantidora comparece à presente Escritura para outorgar fiança em favor da Emissora, nos termos dos artigos 1.481 e seguintes do Código Civil Brasileiro e dos artigos 256 e seguintes do Código Comercial Brasileiro, para garantir todas e quaisquer obrigações da Emissora sob a emissão das debêntures da 2ª série. As obrigações aqui assumidas pela Primeira Interviente Garantidora são incondicionais e não dependem da tomada de qualquer iniciativa judicial ou extrajudicial de cobrança contra a Emissora. A primeira Interviente Garantidora, expressamente renuncia aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.499 e 1.502 a 1.504 do Código Civil Brasileiro, e nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro. A vigência da fiança concedida terá início na data da assinatura do Segundo Aditivo, extinguindo-se uma vez realizado o resgate do valor total das debêntures da 2ª série juntamente com todos os seus encargos. *Destinação dos Recursos*: Os recursos captados com a emissão da 2ª série serão utilizados para alongamento de perfil da dívida de curto prazo. *Juros Remuneratórios e Condições de Pagamento*: As debêntures da 2ª série renderão juros correspondentes ao valor acumulado das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 dia, Extra-Grupo, denominada Taxa CDI-Over, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa

continua no verso



registro

8.657

ficha

11

verso

## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

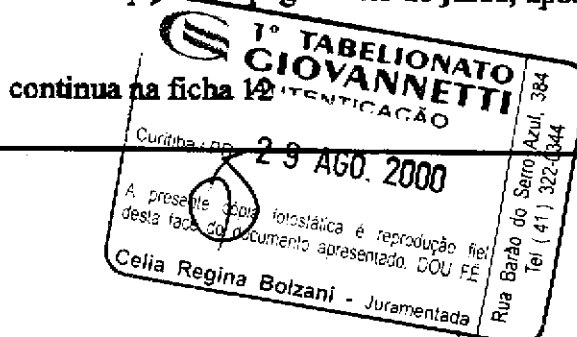
de 2,5% ao ano, incidentes sobre o saldo do valor nominal da debênture, a partir da Data de Emissão da 2ª Série. Os juros serão pagos semestralmente, juntamente com os valores relativos às amortizações, nas datas estipuladas no item 5.7 do título. Esses pagamentos serão efetuados pela Companhia, por intermédio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP. *Período de Vigência da Remuneração:* As condições de remuneração para a Segunda série definidas acima terão período de vigência desde a Data de Emissão da 2ª Série até o vencimento das debêntures em 17 de maio de 2005. *Fórmula de cálculo da remuneração:*

$$JR = VN \times [(f1 \times f2 \dots \dots \times fj) - 1]$$

onde, JR = valor dos juros a ser pago no final de cada período de capitalização; VN = valor nominal da debênture no início de cada “período de capitalização”;  $(f1 \times f2 \dots \times fj)$  = fator de variação acumulada da Taxa DI, entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do “período de capitalização” dos juros, calculado conforme fórmula abaixo: Os termos  $f1, f2, fj$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$fj = 1 + \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DIj}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] + \left[ \left( 1 + \frac{2,5}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \right\}$$

onde,  $fj$  = fator da Taxa DI referente ao dia “j”; Taxa DIj = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia “j”; *Período de capitalização dos juros:* Define-se “período de capitalização” dos juros como sendo o intervalo de tempo durante o qual os juros serão acumulados de forma exponencial. O valor dos juros será agregado ao saldo do valor nominal para efeito de apuração do saldo devedor das debêntures. O pagamento dos juros será exigível somente no final de cada “período de capitalização”. O primeiro período de capitalização se inicia na Data de Emissão da 2ª Série e se encerra na data de primeiro pagamento de juros, após o período



OFICIAL D  
D  
MÓ  
DA CA

OFICIAL D  
D  
MÓ  
DA CA

## 4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

registro

8.657

ficha

12

DE SÃO PAULO

## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

de carência das debêntures, i.e., em 17 de maio de 2003. Os demais períodos de capitalização se iniciam na data de vencimento do período anterior e terminam nas respectivas datas de vencimento das amortizações, conforme tabela 5.8 do título. Cada período de capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. *Apuração da Taxa DI* – No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às debêntures da Taxa DI, conforme definida nesta Escritura, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, e no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração das debêntures a ser proposto pela Emissora. Caso não haja acordo entre os debenturistas e a Emissora, as debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo seu valor nominal acrescido da remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da remuneração. Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a remuneração que as debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última remuneração publicada e a data da aludida Assembleia. *Amortização*: O valor nominal das debêntures da 2ª série será amortizado semestralmente, em 5 parcelas iguais e sucessivas, após um período de carência de 3 anos a contar da Data de Emissão da 2ª Série, nas datas e percentuais dispostos na tabela abaixo:

Data de Amortização	Percentual de Amortização do Valor Nominal
17 de maio de 2003	20%
17 de novembro de 2003	20%
17 de maio de 2004	20%
17 de novembro de 2004	20%
17 de maio de 2005	20%

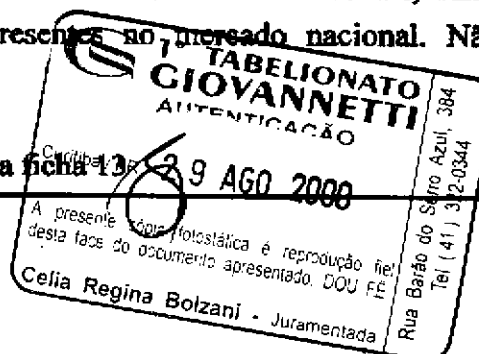
continua no verso



## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

**Preço de Subscrição e Forma de Pagamento:** O preço de subscrição das debêntures da 2ª série será o seu valor nominal atualizado pela mesma taxa utilizada para remuneração das debêntures, desde a Data de Emissão da 2ª Série até a data da efetiva subscrição e integralização. O preço de subscrição será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. **Aquisição Antecipada Facultativa:** Nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei n.º 6.404/76, a Emissora poderá a qualquer tempo, após decorridos 120 dias do prazo de subscrição das debêntures, promover a aquisição antecipada das debêntures em circulação desta série, mediante pagamento do saldo do valor nominal da debênture, acrescido da remuneração paga a título de juros, devidos até a data do resgate, calculados *pro rata temporis*, devendo a Emissora publicar "aviso aos debenturistas" com antecedência mínima de 15 dias daquela data. A aquisição poderá ser total ou parcial, neste último caso mediante sorteio. As debêntures adquiridas poderão ficar em tesouraria, ser canceladas ou ser novamente colocadas no mercado. **Resgate Antecipado:** Nas datas de pagamento dos juros remuneratórios, a Emissora terá o direito de promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo de seu valor nominal, acrescido dos juros remuneratórios incidentes sobre o saldo do valor nominal das debêntures desde a Data de Emissão da 2ª Série, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate, calculados *pro rata temporis*, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 45 dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do § 1º, do artigo 55 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais normas aplicáveis. **Repactuação:** Não haverá repactuação para as debêntures da 2ª série. **Procedimentos de Colocação e Distribuição:** O lançamento será por meio de subscrição pública, registrada junto à CVM, com a conseqüente intermediação de instituições financeiras, para a negociação no mercado de balcão. Na subscrição e/ou colocação das debêntures 2ª série será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13/80. A presente emissão pretende atender a investidores institucionais, fundos de investimento e previdência e fundações presentes no mercado nacional. Não será

continua na ficha 13

OFICIAL D  
D  
MCM  
DA CAOFICIAL D  
D  
MCM  
DA CA

## 4º OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

registro

8.657

ficha

13

DE SÃO PAULO

## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

utilizada sistemática de sobras, lotes mínimos ou máximos. Condição Prévia: As debêntures da 2ª série somente serão colocadas após a subscrição da totalidade das debêntures da 1ª série, nos termos do artigo 59, § 3º da Lei 6.404/76. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da escritura, aplicando - se todos os seus itens à 2ª Série de debêntures, desde que não colidentes com o presente aditivo.

*Edgar Jorge Fontana*  
Escritor Habilitado

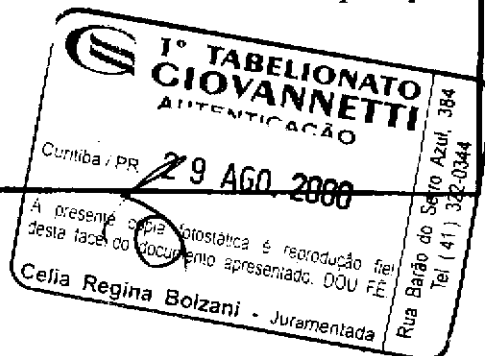
*Carla S. de S. do Santos*  
Substituta do Oficial

Av.03/

Data: 04/AGOSTO/2000

Pelo instrumento particular datado de 08 de julho de 2000, de um lado como Emissora **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.**, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3729 - 7º andar (parte), CNPJ. n.º 01.258.944/0001-26, e de outro lado como Agente Fiduciário **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas n.º 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, CNPJ. n.º 36.113.876/0001-91, e ainda como intervenientes, **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3729, 7º andar, CNPJ n.º 02.387.241/0001-60; e, **ITACAIUNAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro n.º 2645 (parte), CNPJ n.º 03.370.922/0001-89, aditam a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis datada de 09 de fevereiro de 2000, objeto deste Registro, bem como os aditamentos datados de 11 de abril de 2000 e 16 de maio de 2000, averbados sob os n.º 01 e 02, para ficar constando os seguintes termos a seguir descritos: O "caput" do subitem 5.7 passa a ter a seguinte redação, sem supressão dos subitens e ele relativos: 5.7 *Juros Remuneratórios e Condições de Pagamento*: As debêntures da 2ª série renderão juros correspondentes ao valor acumulado das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 dia, Extra - Grupo, denominada Taxa CDI-Over, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação

continua no verso



CERTIFICO que os subdistritos Sé, Bela Vista e Jardim Paulista pertencem a esta Circunscrição Imobiliária desde 02/03/1932, 09/12/1925 e 09/12/1925, respectivamente, até a presente data, tendo pertencido anteriormente ao 1º Registro de Imóveis.

registro

8.657

folha

13

verso

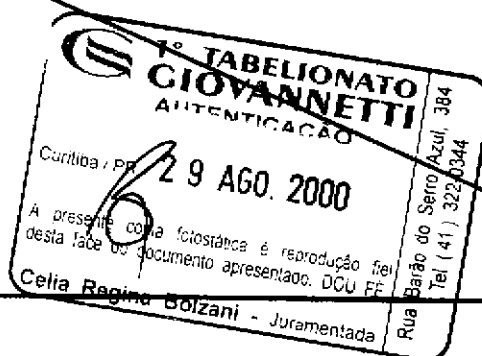
## LIVRO Nº3 - REGISTRO AUXILIAR

Financeira de Títulos ("CETIP"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 2,5% ao ano, incidentes sobre o saldo do valor nominal da debênture, a partir da Data de Emissão da 2ª Série. Os juros serão pagos semestralmente, juntamente com os valores relativos às amortizações, nas datas estipuladas no item 5.8 abaixo. Esses pagamentos serão efetuados pela Companhia, por intermédio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP; O subitem 5.10 passa a ter a seguinte redação: 5.10 *Aquisição Facultativa*: a Emissora poderá a qualquer tempo, após decorridos 120 dias do prazo de subscrição das Debêntures, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação; A alínea "a" do item 6.2 da cláusula VI da Escritura passa a ter a seguinte redação: (a) parcelas anuais equivalentes a R\$9.000,00, devendo a primeira ser paga na data do título, e as demais parcelas no mesmo dia e mês dos anos subsequentes. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da escritura e dos aditivos posteriores, deste que não colidentes com o presente Terceiro Aditivo.

Edgar Jorge Fortuna  
Escritor Habilitado

Atalaia Bruno Fortuna  
Oficial Substituto

CADASTRADO



### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica da ficha a que se refere, extraída nos termos do artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.015/73.  
São Paulo, 04/08/2000

### # OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Emolumentos	R\$ 6,71
Estado (I)	R\$ 2,14
Serventia (II)	R\$ 1,34
TOTAL	R\$10,19